

Sem impasses, votações acabarão dia 29

Carmem Kozak



A Constituinte poderá concluir a votação de segundo turno até o dia 29 deste mês, caso seja mantido o ritmo acelerado das últimas sessões. Faltam apenas 488 destaques a serem votados e a média observada nos últimos dias — 60 destaques por sessão — exige apenas mais oito sessões para a conclusão dos trabalhos. Se o segundo turno terminar no dia 29 de agosto — um dia antes do final do período do esforço concentrado — o deputado Ulysses Guimarães conseguirá cumprir sua última previsão para a promulgação da nova Constituição: "Ela virá junto com a primavera, no dia 22 de setembro", já que é necessário esse intervalo de tempo para a revisão do texto pela Comissão de Redação e a impressão da edição histórica.

O esforço concentrado convocado semana passada pelo deputado Ulysses Guimarães começa, oficialmente, amanhã, com uma sessão que está marcada para às 18 horas. As lideranças partidárias, no entanto, acreditam que a habi-

lidade da Câmara. Não haverá maior dificuldade para a votação do título V — Defesa do Estado e das Instituições Democráticas — apesar das esquerdas estarem dispostas a reduzir o papel das Forças Armadas. No Título VI, da Tributação e do Orçamento, os centristas tentarão minimizar os impactos da reforma tributária e tirar dos Estados o direito de instituir imposto adicional sobre aplicações financeiras, mas não serão necessárias mais do que duas sessões para a sua análise.

A polêmica volta à tona na votação do título VII — da Ordem Econômica e Financeira — que tem um texto pequeno em relação aos demais, com conceitos que serão alvo do Centrão que não aceita a definição de empresa nacional, a nacionalização dos minérios e o fim dos contratos de risco. O juro bancário de 12% ao ano, aprovado no primeiro turno, será remetido para lei de acordo com a negociação já firmada entre as lideranças.

Esse mesmo prazo será necessário para o Título da Ordem Social, — que trata de oito assuntos relativamente complexos, com a aposentadoria e Sistema Único de Saúde. Mesmo assim, no domingo a tarde o plenário poderá iniciar a votação do último título da futura Constituição, depois de 18 meses de trabalho.

Pontos polêmicos que ainda serão votados

• Reeleição na Câmara

"Cada uma das Casas reunirão em sessões preparatórias, a partir de 1º de fevereiro, no primeiro ano da legislatura, para a posse de seus membros e eleição das respectivas mesas, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente". O deputado Nilson Gibson (PMDB-PE) tem um destaque suprimindo a última parte do texto, que inviabiliza a recondução de Ulysses Guimarães à presidência da Câmara dos Deputados no início do próximo ano, que deixaria assim, de ser vice-presidente da República e ocupar interinamente a presidência da República, em caso de impedimento ou viagem do presidente Sarney.

• Censura a ministros

"A Câmara dos Deputados pode aprovar, por iniciativa de um terço e pelo voto de dois terços de seus membros, moção de censura a ministros de Estado". Apesar de polêmico esse dispositivo deve cair por concordância das lideranças partidárias.

• Forças Armadas

"As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer desses, a lei e da ordem". "As esquerdas querem suprimir as expressões da lei e da ordem".

• Empresa nacional

Será considerada empresa brasileira de capital nacional aquela cujo controle efetivo esteja em caráter permanente sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas e residentes no País ou de entidades de direito público interno, entendendo-se por controle da empresa a titularidade da maioria de seu capital votante e o exercício, de fato e de direito, do poder decisório para gerir suas atividades". Os centristas e alguns setores do empresariado querem retirar este dispositivo.

• Investimento estrangeiro

"A lei disciplinará, com base no interesse nacional, os investimentos de capital estrangeiro, incentivará os reinvestimentos e regulará a remessa de lucros". O PFL quer suprimir o dispositivo por entender que ele vá inibir os investimentos estrangeiros no País.

• O Estado na economia

"Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado". Os centristas e liberais desejam suprimir esse artigo por entenderem que o Estado não deve intervir de nenhuma forma na iniciativa privada. As esquerdas não concordam e querem manter o dispositivo.

• Exploração mineral

"As jazidas, minas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União. A pesquisa, a lavra e o aproveitamento dos potenciais a que se refere este artigo somente poderão ser efetuados mediante autorização ou concessão da União, no interesse nacional, por brasileiros ou empresa brasileira de capital nacional, na forma da lei, que regulará as condições específicas quando estas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou terras indígenas".

• Reforma agrária

A esquerda quer retirar a proibição de a propriedade produtiva vir a ser desapropriada para efeito de reforma agrária. Os centristas querem manter essa limitação a qualquer custo.

• Tributação

O imposto sobre grandes fortunas que poderá ser instituído pela União depois da regulamentação em lei complementar; e o imposto adicional de cinco por cento sobre os ganhos de capital que poderá ser cobrado pelos Estados, serão o principal alvo do Centrão na votação do segundo turno.

• Aposentadoria

"É assegurada a aposentadoria, nos termos da lei, calculando-se o benefício sobre a média dos trinta e seis últimos salários de contribuição, corrigidos monetariamente mês a mês e comprovada a regularidade dos reajustes e dos salários de contribuição de modo a preservar seus valores reais". Lideranças do Governo e do PFL querem alterar o critério de correção, com o que não concordam o PMDB e as esquerdas.

• Revisão das aposentadorias

O texto das Disposições Transitórias aprovado no primeiro turno determina a revisão de todas as

aposentadorias para o restabelecimento do valor do poder aquisitivo correspondente a data de concessão do benefício. O Centrão quer derrubar o dispositivo que não foi aceito pelo Palácio do Planalto.

• Monopólio do petróleo

"A pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos passam a ser monopólio exclusivo da União". O Centrão quer a supressão do texto para permitir os contratos de risco, que ficarão vedados se mantido o texto aprovado no primeiro turno.

• Educação

"Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei". Esse dispositivo desagradou aos centristas, pois as escolas particulares que não estejam enquadradas nessas condições não poderão receber recursos públicos.

• Anistia

As lideranças partidárias são unânimes, e querem a supressão do artigo que institucionaliza o "calote", com a anistia do pagamento de correção monetária das dívidas contraídas durante o Plano Cruzado pelos pequenos produtores rurais e micro e pequenos empresários. As bancadas, no entanto, ficaram livres para votar.

• Saúde

O "Centrão" vai tentar retirar do capítulo da Saúde o dispositivo que veda a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos, com o que não concorda a esquerda.

• Fim dos decretos-leis

Os líderes do Governo querem a supressão do parágrafo das Disposições Transitórias que torna nulos todos os decretos-leis que não tiverem sido apreciados pelo Congresso Nacional até a data da promulgação da nova Constituição.

• Trem da estabilidade

Os partidos de esquerda querem a supressão do dispositivo que dá estabilidade no emprego a todos os funcionários públicos (não concursados) que estejam ocupando cargo ou função há mais de cinco anos.

• Privilégio

"Na aquisição de bens e serviços, o Poder Público dará tratamento preferencial à empresa brasileira de capital nacional". Há intenção também de se retirar esse dispositivo, principalmente por parte dos centristas.



Fernando Henrique Cardoso (E) e Mário Covas continuam à procura do substituto de Montoro

PSDB garante que não ficará sem candidato em São Paulo

São Paulo — O PSDB não vai ficar sem candidato a prefeito na capital paulista. Foi o que garantiu ontem o senador Mário Covas antes de viajar a Salvador acompanhado do também senador Fernando Henrique Cardoso. Hoje, a cúpula do partido deverá realizar uma reunião, em local não revelado à imprensa, para tentar chegar a uma conclusão sobre quem será o candidato. Mas ainda não será desta vez que o partido chegará a uma decisão sobre o nome do novo candidato.

Ele explicou que o partido tem vários nomes para substituir Franco Montoro, que renunciou a sua candidatura na última quinta-feira, por causa de uma pneumonia. O nome de Mário Covas foi sugerido pelo próprio Franco Montoro para substituí-lo na chapa do PSDB. Porém, o senador continuava ontem resistindo aos apelos dos membros do PSDB para aceitar a indicação. Ele alega que tem compromissos na Assembléia Nacional

Constituinte e não pode abandonar os trabalhos para entrar na campanha eleitoral paulistana.

A viagem a Salvador ontem também serviu para que Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso pudessem discutir o problema mais tranquilamente e apresentar uma solução. Para a liderança do PSDB a vitória em São Paulo nas próximas eleições é fundamental para dar condições ao partido de lançar no ano que vem uma chapa para a Presidência da República. Até agora, Mário Covas aparecia como o possível candidato à Presidência da República. Covas e Fernando Henrique deverão retornar hoje da capital baiana para participar da reunião com os membros da cúpula do PSDB paulistano.

Franco Montoro continuava ontem recolhido à sua residência, sob cuidados médicos. Amanhã o médico João Amador Mendonça Cortez deverá divulgar o resultado dos exames médicos feitos em Montoro, que indicará o tipo de bactéria

que lhe provocou a pneumonia.

A direção do PSDB pretende encaminhar amanhã à Justiça Eleitoral o ofício comunicando oficialmente a renúncia de Franco Montoro. A partir de então, o partido terá dez dias para escolher o substituto na chapa, que tem como vice-prefeito o deputado constituinte José Serra.

O impasse criado com a dificuldade em se escolher o substituto de Franco Montoro está gerando expectativas em dois outros partidos: PT e PMDB. A candidatura a prefeito pelo Partido dos Trabalhadores, Luiz Erundina, durante encontro que realizou ontem no bairro de Pinheiros, zona sul da capital, disse que o PT aceitaria uma coligação com o PSDB, desde que este desistisse de lançar o candidato a prefeito.

Já o candidato do PMDB, João Oswaldo Leiva, afirmou que uma possível coligação poderia ser estudada apenas pela cúpula do seu partido.

Newton é contra os dois turnos



Newton: mais atenção a Minas

Pitangui(MG) — O governador de Minas, Newton Cardoso, pediu ontem ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, seu empenho para que as eleições municipais deste ano sejam realizadas em turno único. Cardoso, que recebeu Ulysses Guimarães em sua fazenda Rio Rancho, neste município, vê as eleições em dois turnos como muito caras, achando ainda que haveria incompatibilidade das festas natalinas com a realização do segundo turno.

— Se quiserem dois turnos que se mudem as datas das eleições. Mas para estas eleições seria casuismo. Além disso acho desnecessário os dois turnos. Estamos numa democracia e democracia é a lei do mais forte. Quem tiver mais votos que seja declarado vencedor, sem necessidade de dois turnos — afirmou o governador.

Ulysses Guimarães disse que ainda não tem opinião formada sobre a questão e que está conversando com os governadores do PMDB para orientar sua decisão. Além de Newton Cardoso, Ulysses Guimarães já conversou pessoalmente com os governadores Pedro Simon, do Rio Grande do Sul, e Alvaro Dias, do Paraná, e por telefone com outros governadores. Ontem, ele se encontraria com Orestes Quêrcia em São Paulo.

— A questão dos dois turnos tem de ser verificada em âmbito nacional e vamos tomar a medida que mais interessa ao País. E se julgarmos que os dois turnos podem prejudicar as eleições deste ano, vamos lançar mão das Disposições Transitórias para realizá-las em um turno — afirmou o presidente da Constituinte.

Aracaju faz campanha com muita festa

Aracaju — Com muita cachaça, batucadas, shows e papel picado, os três principais candidatos à Prefeitura de Aracaju, Marcelo Deda, do PT, Lauro Maia, da coligação PFL/PMDB e Wellington Paixão (PSB/PDT), lançaram ontem as suas campanhas, prometendo desenvolvê-las em alto nível.

"Xingamento não é com a gente, faremos uma campanha centrada num programa de governo e essencialmente ideológica", afirma Marcelo Deda, avisando, contudo, que os petistas não aceitarão agressões pessoais.

Definindo-se como um homem católico, Lauro Maia apela para o sentimento cristão:

"Quem ama a Deus, ama ao próximo — portanto, temos que ser educados, para que a campanha não se torne uma briga de ponta de rua", assinala Maia.

Já Wellington Paixão defende o princípio do respeito mútuo para que os comícios e os programas pelo rádio e pela televisão sejam politicamente educativos.

Custos

As três campanhas vão-se diferenciar nos custos. "Mais uma vez faremos a campanha do tostão contra o milhão", afirma Deda, que começa a fazer rifas e promover feijoadas para arrecadar fundos.

Calendário da Constituinte

Dia	Manhã	Tarde	Noite**
23 Terça-feira	fim da votação do título III — Da Organização do Estado — e início da votação do Título IV — Da Organização do Estado e Sistema de Governo.	A emenda do deputado Nilson Gibson que permite a reeleição dos presidentes da Câmara dos Deputados poderá dificultar o processo de votação e impedir a conclusão do Título	Não está prevista sessão
24 quarta-feira	Nessa sessão, o título pode ser concluído, já que existem poucas emendas aos capítulos do Poder Executivo e do Poder Judiciário que à esta praticamente aprovados.	início e fim da votação do Título V — Da defesa do Estado e das Instituições Democráticas	Não está prevista sessão
25 quinta-feira	Conclusão da votação do Título da Tributação	Início do Título VII — Da Ordem Econômica e Financeira. A polêmica está em um dos primeiros artigos: definição de empresa nacional	Continuação da análise do Título VII.
26 sexta-feira	Votação do título VII	Votação do Título VII	Fim da votação do Título VII
27 Sábado	Início da votação do Título VIII — da Ordem Social. Com oito capítulos, um dos pontos mais polêmicos é o novo cálculo da aposentadoria e os recursos da Previdência.	Votação do Título VIII	Votação do Título VIII
28 domingo	Conclusão do Título da Ordem Social	Início da votação das Disposições Transitórias. Os líderes do Governo querem a supressão de todas as anistias e do artigo que torna nulos os decretos-leis após a promulgação da futura Constituição.	Votação das Disposições Transitórias
29 segunda-feira	Votação das Disposições Transitórias.	Votação das Disposições Transitórias	Fim do título das Disposições Transitórias, podendo o novo texto constitucional ser promulgado em 15 dias.
30 terça-feira	está prevista sessão	está prevista sessão	está prevista sessão (fim do esforço concentrado)